

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CULTURA: O HIP-HOP E O FEMINISMO
SOCIAL MOVEMENTS AND CULTURE: HIP-HOP AND FEMINISM

Submetido em: 10/11/2021

Aprovado em: 12/11/2021

v. 1, n. 11 p. 01-26, nov. 2021

DOI: 10.51473/rcmos.v1i11.200

1

Miguel Lombas¹

RESUMO

O presente artigo busca analisar a origem e desenvolvimento do movimento Hip-Hop e feminista, e as suas relações com a cultura, explicando suas características e objetivos de luta, com ênfase à importância dessas histórias para a contemporaneidade. A partir de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e interdisciplinar, busca-se visibilizar as percepções dos Estudos Culturais como ponto de intersecção entre as artes e as teorias da subalternidade, com vistas a compreender como eles vêm contribuindo para as lutas e mobilização dos discursos em que seus sujeitos são submetidos a escaparem dos poderes através das suas teorias. Nas considerações finais, reflete-se sobre o quanto as discussões e teorias pautadas pelos movimentos Hip-Hop e feminista são de grande pertinência e relevância para a sociedade.

Palavras-chave: Cultura; Feminismo; Hip-Hop; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the origin and development of the Hip-Hop and feminist movement, and its relations with culture, and to explain its characteristics and objectives of struggle, with emphasis on the importance of these stories for contemporaneity. From a qualitative, bibliographic, and interdisciplinary research, we seek to visualize the perceptions of Cultural Studies as a point of intersection between the arts and the theories of subalternity, with a view to understanding how they have been contributing to the struggles and mobilization of discourses in which their subjects are submitted to escape their powers through their theories. In the final considerations, it is reflected on how much the discussions and theories guided by the Hip-Hop and feminist movements are of great relevance and relevance to society.

Keywords: Culture; Feminism; Hip-Hop; Social Movements.

1 Introdução

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais – PPGCHS da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, vinculado a linha de pesquisa Linguagem, Cultura e Poder. Graduado em Línguas e Literaturas Africanas pela Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto – UAN, pesquisa na área de Linguística, Letras e Artes. Integrante dos grupos de pesquisa Pós-Colonialismo em Língua Portuguesa e Literatura, Arte e Cultura, ambas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. E-mail: lombadas1990@gmail.com

O presente artigo está subordinado ao tema “os movimentos sociais e a cultura: o Hip-Hop e o feminismo”. Entre outros aspectos, o artigo procura descrever e analisar a origem e desenvolvimento do movimento Hip-Hop e feminista, e as suas relações com a cultura. Assim sendo, busca-se compreender as suas histórias e contribuições das suas trajetórias e as afirmações diante das assimetrias sociais, culturais, políticas e econômicas de que os sustentadores destes movimentos têm sido vítimas nas sociedades em que estão inseridas.

O objetivo geral deste artigo é de mostrar como os movimentos sociais vêm dar visibilidade à percepção dos Estudos Culturais como ponto de intersecção entre as teorias da subalternidade. E, como objetivo específico foi demonstrar como os movimentos sociais com realce para o Hip-Hop e o Feminismo enquanto artefatos culturais servem de instrumento que evidenciam e/ou mobilizam discursos em que seus sujeitos são submetidos a escaparem dos poderes através das suas teorias

A metodologia descreve-se num processo de investigação com o objetivo de apresentar ilações científicas credíveis de modo a fornecer informações que satisfaçam as propostas preliminares de um pesquisador. Ora, considerando este pressuposto e por formas a alcançar o objetivo anunciado anteriormente, para a abordagem que sustentam o presente artigo, recorreremos a uma abordagem interdisciplinar na visão de Niculescu *et al.* (2000, p.15) a interdisciplinaridade “diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra, com a finalidade de absorver o conhecimento daquela para a compreensão dos fenômenos da outra”. Concordamos com as palavras dos teóricos referenciados porque as disciplinas nas áreas humanas e sociais são transversal e acabam por dialogar com outras, permitindo que certas áreas do saber participam na abordagem e/ou na construção de uma dada temática.

Dividido em três seções, em que nas duas primeiras seções fez-se uma abordagem histórica e evolutiva do movimento Hip-Hop e feminista, mostrando como estes servem de agente de intervenção social, político, econômico e cultural. Enquanto na terceira, abordou-se os movimentos sociais e a cultura. Ou seja, descreveu-se como os movimentos sociais se relaciona com a cultura, a partir das identidades ideológicas discursivas produzidas e sustentadas pelos movimentos

No entanto, esperamos que este artigo propicie discussões e que apresentem contribuições para uma possível mudança de paradigma social, político, econômico, cultural e psíquico principalmente nas sociedades que impera a dominação masculina, e que,

principalmente, contribuam para o enfrentamento das discriminações sociais e políticas que os ex reclusos possam a ser vítimas da sociedade que estiverem e/ou vierem a ser inseridos.

2 Referencial Teórico

2.1 Hip-Hop

O movimento Hip-Hop não surgiu por mero acaso, possui uma história e carrega consigo princípios e deveres que transformam vidas. Este movimento, nos nossos dias, é considerado como cultura com uma dimensão internacional, na medida em que transcende os limites político-administrativos dos Estados e Nações.

A sua descrição histórica está ligada ao continente africano, propriamente ao período anterior ao contacto entre africanos e europeus e tem na figura dos servidores públicos, ou melhor, do griot, parte dos seus principais fundamentos. Segundo Vansina (2010, p. 138):

As civilizações africanas, no Saara e ao sul do deserto, eram em grande parte civilizações da palavra falada mesmo onde existia a escrita, como na África Ocidental a partir do século XVI, pois muito poucas pessoas sabiam escrever, ficando a escrita muitas das vezes relegada a um segundo plano secundário em relação as preocupações essenciais da sociedade (VANSINA, 2010, p. 138)

Queremos com isso dizer que é, desde os tempos remotos, que em África, a palavra desempenha um papel fundamental na vida social do seu povo, relegando a escrita como plano secundário na resolução dos seus problemas. No que diz respeito ao griot, o historiador, genealogista e poeta maliano Amadou Hampate Bá (2010, p. 193), aponta três espécies, designadamente:

Os griots músicos, que tocam qualquer instrumento (monocórdio, guitarra, cora, tantã...). Normalmente são excelentes cantores, preservadores, transmissores das músicas antigas, além disso, compositores. Os griots embaixadores e cortesão são responsáveis pela mediação entre as grandes famílias em caso de desavenças. Estão sempre ligados a uma família real ou nobre, às vezes a uma única pessoa. Os griots genealogistas, historiadores ou poetas (ou três ao mesmo tempo), que em geral são igualmente contadores de histórias e grandes viajantes, não necessariamente ligados a uma família (BA, 2010, .139)

Nos dias hoje esta prática faz parte da educação das sociedades africanas, e cada povo possui e recebe como herança dos seus antepassados um vasto legado educacional, histórico, filosófico de geração a geração, através do verbalismo e de diferentes rituais onde a oralidade é um vetor na transmissão de conhecimentos de várias espécies, como literatura oral, botânica,

pesca, agricultura, medicina etc. Estas figuras lendárias, dito em outros termos, “bibliotecas vivas”, desde a antiguidade, sempre fizeram o uso da palavra, mesmo antes do aparecimento dos sistemas gráficos, como a escrita alfabética.

Com o processo do tráfico de escravo, o continente africano perdeu um número considerável da sua população. O referido tráfico durou anos, empobrecendo a África em várias esferas.

Dados historiográficos revelam que, em 1619, chegou o primeiro navio carregado de africanos em condições de escravos na colônia de *James Town*, mas concretamente em *New Orleans*, conforme elucida Leland (2005) “comecei o livro em 1619 com a chegada dos primeiros africanos no novo mundo e levo a estória até a data presente.” O local onde estes africanos em condições de escravos foram colocados para a sua venda, passou a designar-se como *Kongo Square*, literalmente traduzido por Praça do Congo. É expressamente proibido falar da história do surgimento do Hip-Hop e de forma mais ousada mesmo da história das américas sem fazer menção ao continente africano, e quanto ao assunto Osumare (2008, p. 21), esclarece “a história cultural das américas é parcialmente definida como continuidades africanas, com base em reinvenções, adaptações e significações”. Todavia, a história das américas está intrinsecamente ligada com o continente africano.

Tem sido quase impossível descrever com precisão o surgimento do Hip-Hop por meio de uma única versão, mas as correntes mais expressivas sustentam que o mesmo fenómeno cultural obteve reconhecimento social, político e artístico com o seu surgimento nos bairros periféricos de Nova Iorque.

As condições sociais das ilhas, particularmente da Jamaica, fizeram com que milhares de famílias emigrassem à procura de melhores condições de vida, optaram pelos bairros periféricos de New-York, mais concretamente o Sul e o Oeste de Bronx onde as famílias migrantes encontravam facilidades de sobrevivência. Eram bairros com alto índice de criminalidade, tráfico de drogas, prostituição, brutalidade policial, racismo, fraca incidência das instituições de Estado, famílias monoparentais com índice muito alto, alcoolismo, tabagismo, alto índice de desemprego etc.

Os anos 1960 do século. XX foram os anos mais controversos dos EUA, pois, passava-se a mensagem do país da liberdade face a guerra fria, o então conflito político ideológico entre os EUA defensora do capitalismo e a União Soviética defensora do socialismo, compreendendo o período que vai desde 1945 até 1991 com a queda do bloco socialista. Este conflito político –

ideológico entre as duas superpotências ainda se verifica até aos dias atuais, e foi nesta década, que se registaram alguns acontecimentos que marcaram a história dos EUA, como o assassinato do presidente norte-americano John F. Kennedy, a tão protestada guerra do Vietnam e a emancipação da consciência negra erguia o punho do tão sonante movimento *Black Power*, literalmente traduzido por poder negro.

Naquela época, era o movimento mais abrangente dos direitos civis, ou seja, o garante dos direitos fundamentais estatuídos na constituição americana, da qual Malcom X, Martin Luther King Jr. E os Panteras Negras fizeram constantes referências pela falta de prática na vida social de todos os cidadãos americanos sem distinção de cor, religião, origem, etnias ou outros rótulos que colocassem em causa a sua integridade social.

No segmento do movimento *Black Power*, personagem como Steve Biko que dizia “say it loud: I’m black and I’m proud”. Ou “seja, diga alto: Sou preto e tenho orgulho!” foi parafraseado pelo renomado músico James Brown no seu álbum de 1969 intitula-se “say it loud: I’m black and I’m proud” e destaca a frustração e o cansaço que o homem negro carregava consigo na altura.

É importante assinalar que o movimento *Black Power* era essencialmente uma manifestação racial da África do Sul aos Estados Unidos da América, do Brasil à Ilha do Haiti, tal como se sucedeu com o movimento *Rastafari* na Jamaica, e a Negritude no Senegal e Gana. De um modo geral, os movimentos abordavam questões do fórum político, mas o *Black Power*, procurava descrever as mais variadas facetas, desde o desporto, a música, essa última foi a mais aglutinante pela sua característica e facilidade de mobilidade, pois, a mensagem chegava rapidamente as pessoas.

Nesta senda, os precursores do Hip-Hop usaram a música como ferramenta de luta social, político, económico e cultural, com vista a ajudar os jovens a escaparem-se da delinquência, drogas, prostituição, rixas de *gangs*, brutalidade social e sobretudo de construção de consciência e personalidade.

Segundo John Leland (2005), a palavra hip é originária do oeste africano, concretamente da língua Wolof, falada no Senegal, que significa ver, abrir o olho. Este vocábulo migrou com as pessoas escravizadas levadas aos EUA e sobreviveu os tempos até ser aglutinada a palavra hop, que deu origem a palavra Hip Hop. Porém, para percebermos a função social do Hip Hop, devemos olhar para os diferentes acrónimos que foram associados ao mesmo ao longo dos anos.

Nesta linha de pensamento está ONE (2009, p. 70), ao esclarecer que o acrônimo H.I.P. H.O.P possui três naturezas e significações emblemáticas:

Her/HIS Infinity Power Helping Opressed People;
Seu Poder Infinito de ajuda as pessoas oprimidas
Having Inner Peace Helping Others Prosper;
Busca de paz interior, ajudando os outros a prosperar
Holy Integreted People Having Omni-present Power
Pessoas abençoadas com poder omnipresente (ONE, 2009, p. 70)

Conforme já dissemos no anteriormente de que o movimento Hip-Hop, possui uma história e carrega consigo princípios e deveres que transformam vidas. Daí que, este movimento tem as suas naturezas, que contribuem para criatividade dos modos de vida dos hipopas, que são as pessoas que se identificam com a cultura do movimento Hip-Hop. Sobre o assunto, ONE comenta:

Hip-Hop nosso único espírito, nossa consciência coletiva única; a criatividade, a força causadora por trás dos elementos Hip-Hop. O Hip-Hop é o nome do nosso estilo de vida e a consciência coletiva. É a habilidade perceptual que causa auto criatividade e constrói o autovalor. Hip-Hop é a criação e o desenvolvimento do Breakin, Emeceein, Graffiti Art, Deejayin, Beat Boxin, Street Fashion, Street knowledge, Street Language, Empreendedorismo de Rua e Saúde e Bem –Estar. É isso que chamamos a nós mesmos e a nossa atividade no mundo. (ONE, 2009, p. 70)

Para uma maior percepção da cultura Hip-Hop, temos que fazer um levantamento histórico, sociológico, económico, legal, político, pedagógico e cultural, porque acultura Hip-Hop é uma ferramenta de construção e reconstrução da personalidade do indivíduo com vista a sua a reintegração social.

O Hip-Hop teve as suas primeiras manifestações no final da década de 1960 e princípio da década de 1970, com a prática dos seus quatro elementos núcleo: Deejayin, Emeceein, Breakin e Graffiti Art pelos adolescentes e jovens dos bairros pobres de Nova Iorque (Bronx), onde se encontravam imigrantes provenientes de países como a Jamaica, Porto Rico e outros da América Latina.

A sua semente foi lançada quando Kool Herc foi convidado pela sua irmã mais velha Cindy Campbell para tocar na festa dela de regresso às aulas. São apontados como percursores da cultura urbana mais popular da atualidade o Dj Kool Herc considerado “pai”, o Dj África Bambaata “Padrinho” e o Dj Grand Master Flash “Inventor”, devido ao contributo relevante de cada um deles, sobretudo no que a divulgação do Hip-Hop diz respeito.

Cliver Campbell ou simplesmente DJ Kool Herc é considerado o expoente máximo de Hip-Hop desde 1973, quando reuniu pela primeira vez os elementos núcleos do referido movimento na festa de regresso às aulas da sua irmã Cindy Campbell.

Kevin Donovan ou DJ Afrika Bambaata como é comumente conhecido é considerado o “padrinho” da cultura Hip-Hop, por ser o primeiro a criar a primeira organização do movimento no mundo que se chama Universal Zulu Nation (UZN), em 1973 com propósito de combater a violência através da dança, do graffiti, do Dj e do Mc. A Universal Zulu Nation atribuiu orientação espiritual na união dos quatro elementos-núcleo e com base nos princípios da organização plasmados nas *Infinity lessons* tais como à procura de sucesso, paz, conhecimento, sabedoria, compreensão e a honra da forma de vida. Estas linhas orientadoras foram definidas no dia 12 de novembro de 1974 e de lá para cá novembro é considerado o mês do movimento Hip-Hop.

Afrika Bambaata é, como se viu atrás, o responsável pela expansão do Hip-Hop em todo o mundo, reconhecido como um homem de paz e defende que o Hip-Hop tem origens no continente africano.

Joseph Saddler ou simplesmente DJ Grand Master Flash é tido como o inventor do *cross fader*, separador usado no *mixer* da *turntable*, permitindo o Dj manter uma música audível, enquanto outra música toca. O *cross fader* é tida como a ferramenta que revolucionou a arte de Deejayin, ao recriar as técnicas de *sound extend*, técnica que permite ao Dj prolongar o som ao tempo correspondente a música.

O DJ Grand Master Flash desenvolveu ainda o *scratch*, que tinha sido criado pelo seu pupilo Grand T. Wizard. O *scratch*, técnica usada pelos Dj por meio de uma *turntablist* para produzir sons ao “arranhar” o disco de vinil para frente e para trás repetidas vezes. Por isso, o *scratch* é mais comumente associado com o Hip Hop, mas atualmente é usado em diversos estilos – entre eles o pop.

O Grand T. Wizard, ao criar o *scrctch* transformava as *turn tables* que lhe fazer *scratch*, *sample* e *cut*. Ou seja, transformou as *turn tables* em instrumentos musicais por intermédio do *turntablismo*, que é também uma das técnicas de produção de som usada pelos Dj.

Hip-Hop é o termo que descreve a consciência coletiva independente de um grupo específico, que culturalmente se manifesta através dos seus elementos de base (Deejayin / Dj, Emcein / MC, Breakin e Graffitte), que são orientados pelos princípios de amor, paz, união e diversão com responsabilidade.

Quanto do proceder e atuação dos hipopas, a Declaração Universal da Cultura Hip-Hop, nos traz em seu primeiro princípio os seguintes dizeres:

1º princípio. Quando e onde quer que seja que os elementos, presentes e futuros, e a expressão da Cultura Hip-Hop se manifestem, esta declaração de Paz do Hip-Hop deve orientar a prática e a interpretação dos referidos elementos da sua expressão e respectivo estilo de vida.

Atualmente, o Hip-Hop é representado por dez elementos, ou seja, por quatro (4) elementos de base: Deejayin / Dj, MC, Grafitti e o Breakin; e seis complementares: *Street knowledge*, *Beatboxing*, *Street fashion*, *Street language*, *Street entrepreneurialism* e Saúde e Bem-Estar. Portanto, a música rap surge da combinação perfeita do Deejayin / DJ e o Emcecin / MC. por fazerem a combinação perfeita do surgimento da música Rap.

8

2.2 Deejayin / DJ

É considerado o elemento nuclear da Cultura Hip-Hop, sendo o mesmo o fornecedor das batidas para o Mc cantar. De acordo com Souza (2011, p.75), o “Dj imprime sua assinatura na discotecagem, seja quando está acompanhado um MC, seja quando atua individualmente comandando uma festa.”

Todavia, o DJ desde as suas primeiras manifestações, é a figura de proa da cultura Hip-Hop, servindo de maestro em festas, elemento essencial em programas radiofônicos ou televisivos, assim como é o promotor dos espetáculos, fazendo com que o público vibre do princípio ao fim.

Entre os vários papéis que o Deejayin / DJ desempenha hoje, além de conduzir o público, destaca-se a preparação da base ao top das performances dos Emceces e dos B-Boys, onde por trás de um MC e B – Boys deve haver sempre um Dj que vai preparar todas as suas apresentações, combinando os instrumentais, definindo as paragens do MC e do B-Boys, percebendo o momento certo para a representação de uma ou outra faixa musical.

2.3 Emcecin / MC

É o elemento pelo qual resulta a música rap e é considerado a voz da cultura Hip-Hop. Quanto as valências que o mestre de cerimônia (MC) tem Souza (2011, p. 73), explica “o MC veicula a mensagem, declama e canta a poesia, da qual geralmente tem a autoria. Seu papel é

usar a voz para falar do cotidiano; ele ou ela, pela poesia, trazem aspectos do contexto social e cultural e mostram de que maneira mantém relações com questões globais e locais (SOUZA, 2011, p. 73).

Ritmo e Poesia ou simplesmente rap é um estilo musical do movimento Hip-Hop, e para a criação da música rap existem dois papéis fundamentais: o do MC e o do DJ. O MC, ou mestre de cerimônias, é quem fala enquanto a música é tocada. O DJ, ou Disc-jockey, é o criador da batida: seleciona os discos, os beats etc. Inicialmente, essa dupla trabalhava para o entretenimento – “era o som que embalava as grandes festas que, a partir de 1976, tomaram conta do Bronx” (SALLES, 2007, p. 28).

Toda a música rap é um poema que espera ser recitado, falado, cantado e pode ser escrita ou improvisada (freestalizada), e é através dos seus elementos núcleos, que o movimento Hip-Hop se espalhou pelo mundo todo, e é por meio deles que o rap “acaba se destacando e assumindo responsabilidade como porta-voz do movimento, tanto do lado político-ideológico quanto do sociocultural” (LEAL, 2007, p. 67). Na mesma linha de pensamento está Santos ao salientar que é, por meio dos “discursos proferidos pelos MC’s nos shows de Rap”, que se reflete, de modo mais direto, sobre questões que atingem a “população pobre; [...] para denunciar as mazelas das minorias excluídas” (SANTOS, 2013, p.14).

Desde o seu surgimento, o movimento Hip-Hop tem sido marginalizado, mesmo com os tais comportamentos bárbaros de serem discriminados, os hipopas sempre estiveram preocupados em mostrar ao mundo através dos seus elementos, que as suas artes estão ligadas à diversão, ao amor ao próximo e, acima de tudo, ao cultivo pela paz.

Curiosamente, o movimento Hip Hop integrou-se na sociedade por intermédio das suas artes que eram marginalizadas. Atualmente o Hip Hop tem sido elemento de integração, de reintegração e de ressocialização de pessoas na sociedade. Ou seja, ontem marginalizada, hoje agente ativo na ajuda de mudança de consciência de muitos e de reintegração dos marginalizados.

2.4 Feminismo

Para uma maior percepção do movimento feminista, temos que fazer um levantamento histórico porque é um “movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria” Pinto (2009, p. 14), o movimento feminista é uma ferramenta que vem refletindo envolta das

condições postas as mulheres, dando iniciativa a busca pela igualdade de gênero. Ou melhor, o movimento feminista procura manter informada e despertar a sociedade com reflexões críticas inerentes às condições que as mulheres são submetidas diante dos sistemas patriarcal e machista.

Tendo em conta as suas abordagens críticas e teorias, o movimento feminista pode ser conhecido de duas vertentes. Quanto ao assunto, Pinto (2009, p. 14) esclarece, “pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise”.

Apegando nas palavras de Pinto, podemos afirmar que o movimento feminista, através da sua dupla característica peculiar (reflexão crítica e teoria), tem passado os seus limites, provocando choques e um salutar debate diante do reordenamento das diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas teorias das Ciências Humanas de um modo mais abrangente. Por exemplo, no campo dos estudos literário tem sido o “movimento crítico que mais impacto tem tido na história literária e como uma das mais poderosas forças de renovação na crítica contemporânea.” (SCHMIDT, 2002, p. 107).

Como afirma Tilly (1994, p. 31), “certamente, toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres”. Nesse sentido, a ideia da transformação feminista iniciou-se no século XIX, onde a revolução industrial foi um dos grandes marcos ao servir de impulsionador para as mulheres em reivindicar os direitos iguais aos dos homens, quando as mulheres se uniram nas causas trabalhistas. Vale salientar que naquela era, as maiores preocupações eram o direito à educação e o direito ao voto, mas a Nísia Floresta afirmava que “os problemas específicos das mulheres passaram a ser vistos como preocupações individualistas, tendo sido deixados de lado em favor das questões coletivas” (FLORESTA, 1839, p. 78).

A revolução francesa foi um grande marco para o posicionamento da mulher na sociedade, pois que foi a partir dela em que elas passaram a se questionar quanto as suas funções na sociedade. Nesta mesma era, os homens lutavam em busca de cidadania e as mulheres lutavam junto a eles, porém as mulheres “[...] não foi o povo que dirigiu a revolução nem quem colheu o fruto” (BEAUVOIR, 2016, p.159), ou melhor, as grandes conquistas políticas daquela

era, ainda não chegavam até elas porque não eram vistas nem tidas como cidadãos de direito pelas sociedades que estiverem inseridas.

Os questionamentos das condições bem como as suas reivindicações por mudanças em que as mulheres eram submetidas nas sociedades patriarcais e machistas, não são de hoje, pois que “ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas” (PINTO, 2010 p.15), narrar sobre o movimento feminista é entrar num caminho recheados de estudos e teorias muitíssimas esclarecedoras, sobre a relação de poder na sociedade em que o(a) outro(a) esteja inserido. Entendamos aqui por outro(a) o sujeito subalterno, neste caso a mulher. Ou conforme sustenta a pesquisadora indiana Gayatri Spivak (2010) ao considerar o subalterno os diferentes da elite, ou seja, aqueles que são oprimidos em dar suas vozes nos lugares que estejam inseridos pelos detentores do poder político.

Conquanto, o movimento feminista apresenta suas próprias teorias e reflexões críticas que dia pós dia tem vindo se aperfeiçoando e os desdobramento dos seus estudos têm contribuído na tomada de consciência das condições impostas à mulher na sociedade.

O surgimento da primeira onda do movimento feminista deu-se na metade do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos. Com o desenvolvimento do movimento feminista que, para Cisne (2015), é o período em que as mulheres vão ter aproximação com as lutas sociais. Ainda concernente a primeira aparição do movimento feminista, a autora acrescenta que, inicialmente, o movimento feminista é marcado por três correntes, começando pela corrente feminista liberal representada pelas mulheres burguesas que reivindicavam por direitos políticos iguais, educação e mudanças na legislação sobre o casamento.

O feminismo liberal, segundo Cisne (2015, p. 106), “[...] buscam reduzir as desigualdades entre homens e mulheres por meio das políticas de ação positiva, podemos falar de um feminismo reformista”. Todavia, em consequência do processo de industrialização que o mundo vivia em particular a Grã-Bretanha, surgiu a divisão por classes e as mulheres passaram a serem incluídas nos trabalhos operários, daí, que elas se juntaram e passaram a organizar protestos que as permitisse ter visibilidade e chamar atenção aos homens e a sociedade de modo geral.

Com a entronização da mulher nos trabalhos operários e a divisão por classe, o capitalismo consolidou-se conforme Marques e Xavier (2018, p. 2) esclarecem “a consolidação do capitalismo, as mulheres são incluídas nesse sistema, sendo super exploradas e postas a

situações abusivas e precárias, passando a trabalhar o dobro do que os homens trabalhavam e a receber um comparativo de 1/3 do salário masculino”, desta maneira “a mulher era explorada mais vergonhosamente ainda do que os trabalhadores do outro sexo” (BEAUVOIR, 2016, p. 166). conquanto, as mulheres passam a vivenciar de forma árdua as lutas pelos direitos igualitários à nível das indústrias e fabricas, que as aproxima dos estudos marxistas, o que se torna outra corrente do movimento feminista.

O movimento feminista ganha notoriedade com o aparecimento das Sufragistas na Inglaterra a partir do século XIX que tinha como cartão postal à reivindicação pelo direito ao voto. As sufragistas, conforme eram chamadas, procuram unir as mulheres de todas as classes na busca contra o direito ao sufrágio feminino, mas diante desta árdua luta duas personalidades se destacaram, conforme Alves (1981), descreve:

Dois nomes bastante importantes nesse processo são o de Olympe de Gouges que em 1789 fez críticas a Declaração dos direitos do homem e do cidadão, publicando uma versão do mesmo documento para o feminino a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã” na França e Mary Wollstonecraft publicou a obra “uma vindicação dos direitos da mulher” em 1792 trazendo reflexões sobre a emancipação das mulheres, defendendo a democracia e o direitos das mulheres na Inglaterra, ambas são reconhecidas como pioneiras do feminismo, e influenciaram a construção do movimento das Sufragistas que lutavam pelo o direito ao voto, assim alcançando tanto as mulheres burguesas, como as operarias (ALVES, 1981).

As sufragistas promoveram grandes protestos e/ou manifestações na capital Inglesa, e diante destas reivindicações foram detidas e presas várias vezes, chegaram até mesmo de fazer greves de fome na luta contra à busca do direito ao sufrágio feminino, que venho ser conquistado em 1920 com a ratificação da emenda constitucional no Reino Unido, conforme Alves e Pitanguy (1981, p. 45), assinalam “somente em setembro de 1920 foi ratificada a 19ª Emenda Constitucional, concedendo o voto às mulheres”. Vale destacar que antes da conquista do direito ao voto em 1918, ocorreu em 1913 a morte da feminista Emily Davison ao atirar-se à frente do cavalo do Rei, na famosa corrida de cavalo em Derby, foi a partir daquele trágico acontecimento é que as causas das sufragistas passaram a ter mais notoriedade e as suas lutas mereceram atenção da sociedade.

Com esta grande conquista, ou melhor com a ratificação da emenda constitucional que concedia o direito ao voto às mulheres, dava-se assim o fim da primeira onda do feminismo que ficou marcado com publicações de várias obras com destaque para o livro “O segundo sexo”; da autoria da feminista e escritora francesa Simone de Beauvoir. Por meio da sua obra, Beauvoir questionava assim, a subalternização em que as mulheres eram vítimas a partir dos seus meios

envoltórios: “[...] o livro representou uma tentativa poderosa de entender a construção social do “feminino” como um conjunto de determinações e expectativas destinado a cercear a capacidade de agência autônoma das mulheres” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 25).

De acordo com Pinto (2010), Beauvoir trouxe reflexões para além das desigualdades políticas, ao fazer questionamentos relacionados à cultura e ao processo de socialização, como também levantou reflexões sobre o que é ser mulher. “Ninguém nasce mulher: Torna-se mulher”, assim sustentava a autora onde explica a real existência em torno das definições do que é ser masculino e feminino “na” e para sociedade.

Mesmo com o alcance do direito ao voto para às mulheres, o movimento feminista, enquanto um movimento social libertário, no período pós a primeira guerra mundial, onde se fazia apelo ao lema “o político é pessoal”, esse lema centrava-se aos fatos que decorriam no seio familiar, mas merecia a intervenção das entidades pública. Por outra, as mulheres ligadas ao movimento feminista buscavam e lutavam de forma incansável por mudanças de paradigmas, defendendo que as questões inerentes as violências sociais e domésticas que as mulheres sofriam, deveria ser solucionada pelas esferas públicas. Assim, surgia a segunda onda do movimento feminista, que pautou em questionar as funções de gênero a partir das condições em que as mulheres enfrentavam no seio familiar e/ou doméstico, tal como na sociedade de uma forma geral.

De acordo com Scott (1989), a obra “O segundo sexo”, de autoria da feminista e escritora francesa Simone de Beauvoir, foi pertinente para o movimento feminista porque trouxe para este movimento a reflexão do gênero em sua forma social, ao considerar que o gênero é construído pelas relações sociais, ou seja, está relacionado ao que o indivíduo se torna após o seu nascimento e tudo que irá ser imposto por toda uma construção social.

Ainda concernente ao surgimento de individualidades que lançaram obras que contribuíram para a solidificação da segunda onda do feminismo quanto à sua reflexão crítica, Alves *et al.* (1981) acrescentam:

Betty Friedan uma ativista feminista americana, baseando-se nos estudos de Beauvoir, desenvolve um trabalho, publicado em 1963, chamado “A mística feminina”; o trabalho traz depoimentos de mulheres da classe média nos quais mostram suas frustrações relacionadas ao seu papel como “rainha do lar”. Esse livro traz a experiência e a vivência dessas mulheres no âmbito doméstico. Outro nome importante é de Kate Millet uma ativista americana que publicou o livro “Política Sexual”, no qual, fazia uma análise histórica das relações entre os sexos e da relação de poder prevalente em todas as culturas. E, na mesma época, Juliet Mitchell uma psicanalista e feminista, publica “A condição da mulher”, em que fazia reflexões sobre

as esferas de produção da reprodução da sexualidade e da educação. (ALVES *et al.*, 1981, p. 52)

Com a publicação destes livros, o movimento feminista naquela época, passou a questionar as origens que estivessem na base das desigualdades da subalternização das mulheres. Segundo Miguel citado por Pinto (2018, p. 5), realça que a segunda fase do feminismo ficou marcada com “abordagens relacionadas à opressão da mulher, a sexualidade, a construção cultural de gênero e dominação. O discurso agora estava focado nas relações de poder entre homens e mulheres, debatendo sobre questões de discriminação, desigualdades culturais e estruturas sexistas”.

Em suma, a segunda onda do feminismo trouxe reflexões inerentes as sociedades machistas, patriarcais, ao gênero e a opressão do sexo feminino. Miguel parafraseado ainda por Pinto (2018) fundamenta que neste período, o movimento feminista trouxe discussões “em torno da defesa de liberdade sexual da mulher; o aborto também passa a ser uma pauta do movimento nesse período, assim como a pauta da discussão sobre o direito de ser mãe a partir da vontade da mulher, a qual pudesse ter a liberdade de decidir se quer ou não ter filhos, bem como o momento de ter filhos seja escolha da mulher”

Nesta linhagem de pensamento emerge a terceira onda do movimento feminista, mas esta vem “questionar o próprio movimento, percebia-se que os estudos feministas abordavam experiências que representavam apenas as mulheres da classe média e brancas. Esse questionamento marcou a terceira onda, pois é, nesse momento, que, mulheres ligadas ao feminismo, farão críticas aos estudos que caracterizaram a segunda onda. (MIGUEL *et al.*, 2014)

Com tal questionamento, o movimento feminista enxergou mais além as abordagens sobre as mulheres. Ou seja, tratava as mulheres como um todo, independentemente da sua classe social, raça, cor, etnia, língua etc. As feministas da terceira onda trouxeram discursos que apelavam sobre a exclusão das outras mulheres que não pertenciam a elite e nem eram brancas.

[...] a admissão da multiplicidade de vivências das mulheres numa sociedade. A experiências das mulheres em posição de elite – brancas, educadas, burguesas ou pequeno burguesas, heterossexuais – tende a ser apresentada como a experiência de todas as mulheres. Essa crítica, que era feita [...], foi estendida ao pensamento feminista em geral por autoras vinculadas às posições mais desprivilegiadas. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.85).

Apegando-se na linha de pensamento dos teóricos citados acima, podemos afirmar que com os questionamentos que a terceira onda feminista fez ao movimento, permitiu o surgimento de novas correntes que passaram a se importar com a raça, a classe e a região, permitindo a

entronização de uma fraternidade entre as subalternas independentemente das suas condições, raça, cor e classe, mas sim que pudessem partilhar a mesma linguagem na busca contra os seus direitos, tal como Lucas Lima (2013, p. 278), no seu estudo “Feminismos, estudos literários e epistemologia queer– imbricamentos”, esclarece,

A teoria queer não ambiciona, tal como o faz boa parte dos estudos da diáspora, encontrar uma “origem”, mas sim demonstrar que sujeitos queer, ou sujeitos outros e outros sujeitos são parte do que se poderia chamar de “cultura planetária”, que acarretaria, segundo entendo, a formação de novos vínculos e a constituição de uma nova “fraternidade” – uma ética – calcada na sexualidade e/ou na performatividade de gênero, e, talvez, no próprio pajubá (LUCAS LIMA, 2013 p. 278)

Com a pluralidade feminina no seio do movimento podemos afirmar que o movimento em questão conforme Bandeira e Melo (2010, p. 8), corroboram “nasceu das lutas coletivas das mulheres contra o sexismo, contra as condições de aversão e inferiorização do feminino, transformadas em práticas rotineiras de subordinação”. Assim, o feminismo vai constituir-se como o veículo motor da e para desconstrução da estrutura patriarcal e das subalternização e desigualdades que milhares de mulheres foram impostas nas sociedade machista e patriarcal, ao aparecer como “ movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo”. (PINTO, 2010, p. 16)

Entretanto, apesar do reconhecimento e entronização da mulher na esfera política, o movimento feminista “não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (BUTLER, 2003, p. 19).

Portanto, os movimentos feministas têm vindo a desenvolverem estudos que refletem às relações de poder de gênero que visam pela ampliação legal dos direitos civis e políticos da mulher e da desconstrução da estrutura patriarcal e machista que as sociedades detêm sobre as mulheres.

2.5 Os movimentos sociais e a cultura

A sociedade está em constante mudança e o ser humano enquanto ser social acompanha o dinamismo e evolução dela. Pois que, para uma maior compreensão do ser humano é preciso

contextualizar o seu meio envolvente, sendo que é analisado dentro do seu invólucro cultural, sofrendo influência da família, crenças, costumes, valores, idade, sexo, raça, ideologia, enfim, tudo aquilo que impacta na formação da sua personalidade.

Com o dinamismo dos tempos e espaços como fatores essenciais para descrição dos elementos culturais, sobretudo quando se trata de processos sociais em movimento permanente e sempre inacabado como os movimentos sociais, a tarefa de conceituá-los torna-se ainda mais difícil. O fato dos movimentos sociais, “constituírem, pela sua própria natureza, processos incertos, inacabados e indefinidos, os quais mudam constantemente segundo vicissitudes inerentes às especificidades das formações socioespaciais em que eles se formulam e entram em ação” (CASTILHO, 2013, p. 5).

Apegando-se na linha de pensamento de Castilho e sendo, os movimentos sociais inacabados dadas as mudanças de paradigmas temporais e espaciais, queremos ressaltar que o nosso foco aqui não conceituar os movimentos sociais, mas sim descrever como estes se relaciona com a cultura, sendo que as identidades que os movimentos sociais apelam está fundida na cultura, ou seja, deve-se pensar a identidade através da cultura. Enquanto as subjetividades são produzidas do ponto de vista ideológico e discursivo.

Os movimentos sociais são criados pelos seres humanos e estes “utilizam sistemas ou códigos de significados para interpretar, organizar e regular sua conduta, enfim, para dar sentidos às próprias ações, bem como às ações dos outros: São suas culturas” (HENNIGER; GUARISCHI, 2006, p. 58), daí que os movimentos sociais têm as suas linhas ideológicas e identitárias, conforme, Hall (1998, p. 45), fundamenta:

Cada movimento apelava para identidade social de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade – uma identidade para cada movimento. (HALL, 1998, p. 45)

Tendo em consideração a linha de raciocínio de Hall, afirmamos que todo e qualquer movimento social tem os seus códigos de conduta identitária e ideológica. Por exemplo, os movimento Hip-Hop e feminista abordados neste artigo divergem-se de forma peculiar nas suas ideologias, ora vejamos:

O movimento Hip-Hop, segundo a Universal Zulu Nation (UZN), organização que rege o movimento e com base nos princípios e código de conduta da organização plasmados nas lições infinitas (*infinity lessons*), tem como linha de orientação identitária da alteridade humana,

a socialização e a educação através das artes. Já o movimento feminista tem à desconstrução da estrutura patriarcal e machista que as sociedades detêm sobre as mulheres como linha de ideológica identitária.

A cultura é um elemento primordial e inseparável da vida social. Logo, não se pode estudar a cultura “como uma variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo mover-se; tem de ser vista como algo fundamental, constitutivo, determinando tanto a forma como o caráter desse movimento, bem como a sua vida interior” (HALL, 1997, p. 23).

Os movimentos sociais enquanto artefatos culturais servem de instrumento que evidenciam e/ou mobilizam discursos em que seus sujeitos são submetidos a escaparem dos poderes através das suas teorias que “são caixas de ferramentas” Foucault (2000), estas teorias ideológicas identitária é que permitem aos sujeitos resistirem ao poder, ao produzirem discursos de subjetividade porque o Estado enquanto detentora do poder não tem resolvido as assimetrias existentes entre as populações.

Os movimentos sociais de cunho identitário são exemplos emblemáticos, apesar de lutarem pelo reconhecimento de suas particularidades e diferenças, ou seja, por questões específicas, o tipo de debate que eles provocam na sociedade acaba tocando em temáticas muito importantes que afetam a estrutura social e a própria constituição da sociedade. (PRUDENCIO; GOSS, 2004, p. 81)

É imprescindível desassociar os movimentos sociais da cultura, sendo que essa “só se torna possível na linguagem” (BERNARDO; GUARESCHI, 2004). Na mesma linha de pensamento está pesquisador brasileiro Lucas Lima (2013), no seu estudo “Feminismos, estudos literários e epistemologia queer – imbricamentos”, ao corroborar que “a própria língua é local privilegiado de circulação de sentidos e poderes”, e partindo do pressuposto, de que o sujeito se funda nos discursos e os discursos que emergem, vão criando espaços nos locais onde vão por meio dos sujeitos, alacados nos movimentos sociais que vão surgindo nas sociedades, que está intrinsecamente associada a uma dada cultura.

De acordo com Hall (1997) a cultura deve ser analisada a partir das tendências e direções contraditórias da mudança social tendo em conta os novos paradigmas sociais. Por outra, a cultura “são variados sistemas de significados que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros [...] Estes sistemas dão sentidos as nossas ações”. (HALL, 1997).

Embora haja uma relação intrínseca entre os movimentos sociais e cultura, mas queremos aqui destacar que alguns movimentos sociais encontram imensas dificuldades de se instalarem em certos lugares por questões culturais. A título de exemplo, tem sido o movimento feminista negro e a comunidade LGBTQI+ que em certos lugares não importando o continente, são discriminados, violentados, assassinados e inclusive mortos por serem considerados como sujeitos “contraculturas” destes lugares.

Admitamos que o ser humano partilha os seus conhecimentos com os seus semelhantes, ao ensinar, aprender, divulgar e preservar a sua identidade cultural, tal como Keegan e Green (2003, p. 100) consideram a cultura como “ um comportamento aprendido, passado de geração para geração e, por isso, é difícil para alguém de fora, inexperiente ou sem treino, entendê-la em profundidade”, a cultura é algo contínuo que o homem vem aprendendo desde a sua tenra idade e procura transmitir às gerações vindouras para que estas conheçam e se identifiquem com as suas origens, histórias, hábitos, costumes, crenças que o vão diferenciar de outras sociedades, até porque o que parecer ser cultura numa determinada região noutra local pode não ser encarrada como cultura e ser visto como algo estranho. Talvez sejam estas multiplicidades de valências que o ser humano detém no meio social e cultural que em certas regiões os leva a menosprezarem, crucificarem, assassinar quem tenha uma orientação sexual diferente e esteja apelar por igualdade de género e liberdade sexual.

Apesar das imensas dificuldades que os movimentos sociais enfrentam para manter-se firmes e/ou inseridos nas sociedades em que é predominante a dominação masculina, os movimentos sociais com realce para o feminismo, têm evidenciados esforços e rompendo barreiras social, cultural e política nestas sociedades, de maneira a servir de instrumento para o despertar de consciência e de luta contra os direitos civis das mulheres, sendo que “ os esforços dos diferentes movimentos feministas foram tocando de uma forma ou de outra a cultura popular e introduzindo mudanças nos comportamentos e valores socialmente aceites” (GEBERA, 2000, p. 107)

Os movimentos sociais têm multiplicando-se no mundo todo e sem margem de erro, Gebera (2000, p. 109) considera o movimento como “ser um dos mais significativos do século XX”. As sementes lançadas pelos movimentos vão continuar a gerar frutos até aos próximos milénios, pois que estamos numa sociedade mais plural e que as pessoas questionam as coisas, ou seja, o feminismo trouxe a subjetivação feminina como lugar de saber e lugar de poder.

No entanto, desde os seus surgimentos até aos dias de hoje, o movimento hip-hop e o feminista têm desempenhado um papel preponderante na luta contra as assimetrias sociais e políticas a nível mundial. Entretanto, existe uma vasta trajetória de lutas e conquistas dos dois movimentos sociais ao servirem de instrumento de denúncias sociais, políticas, económicas etc. onde os seus sustentadores surfam por essas ondas como bravos militantes dos movimentos, agindo como intelectuais engajados, ao colocarem as suas vidas e darem as suas vozes ao serviço das comunidades principalmente, os que vivem nas periferias porque em alguns casos são privados das suas liberdades de expressões.

Para Kilomba (2019) não ter direito à fala é o mesmo que não ter direito à cidadania, sendo que a cidadania é a participação ativa na sociedade. Por isso, a legitimação de toda e qualquer violência aos corpos que foram colonizados na história. Já para a Spivak (2010) o conceito de fala, não é somente de produzir opinião, mas de essa opinião ser ouvida e respeitada pela sociedade e pelo Estado. Na sua obra, pode o subalterno falar? Ela mostra como historicamente os grupos subalternos (colonizados, mulheres etc.) foram privados de voz, essa, para ela, é a maior violência imposta pelos estados coloniais e pós-coloniais. Nesse sentido, alega Gebara (2000, p. 50):

A denominação masculina sobre as mulheres se expressa particularmente a partir da denominação do pai, do marido ou do companheiro. São eles, por meio das instituições sociais e culturais, que impõem as leis familiares muitas vezes insuportáveis para. São eles que ameaçam, punem, violentam e não se responsabilizam por muitas ações cometidas de forma desastrosa. (GEBARA, 2000, p. 50)

Portanto, embora haja uma longa trajetória histórica dos movimentos sociais mas são as pessoas e mulheres em particulares, que desconhecem a existência dos movimentos feministas, e vivem à margem dos seus direitos enquanto mulheres se termos em conta que as sociedades foram delineadas de forma patriarcal e machista, onde as mulheres são “meros objetos de submissão dos homens”, este cenário tem sido recorrente nas sociedades onde impera a lei da “denominação masculina” camuflada na expressão submissão. É preciso reiterar que submissão é sinônimo de respeitoso, humilde, obediente e não da expressão “fazer tudo que o homem quer/deseja ou o que a sociedade lhe impõem”.

Considerações finais

Este artigo, conforme afirmamos anteriormente, está dividido em três seções. Na primeira e segunda seção fez-se uma abordagem histórica e evolutiva do movimento Hip-Hop e feminista, mostrando como estes servem de agente de intervenção social, político, econômico e cultural. Já a terceira a seção e por sinal a última, abordou-se os movimentos sociais e a cultura. Ou seja, descreveu-se como os movimentos sociais se relaciona com a cultura, a partir das identidades ideológicas discursivas produzidas e sustentadas pelos movimentos.

No entanto, o desenrolar desse artigo perpassou por uma análise da origem e desenvolvimento do movimento Hip-Hop e feminista, em busca de compreender a sua história e contribuições nas suas trajetórias e a afirmações dos mesmos a nível mundial. Entende-se que a história do movimento Hip-Hop e feminista abordada neste artigo, reflete a sua gênese e desenvolvimento que contribuiu para a trajetória do feminismo e do Hip-Hop em diversos locais do mundo, pois cada local terá suas manifestações tendo em conta as culturas locais.

Assim, conclui-se que os movimentos sociais são indivisíveis da cultura, sendo que a cultura é um elemento primordial e inseparável da vida social. Pois embora o movimento Hip-Hop e o feminista tenham rompido limites, ao ultrapassarem fronteiras, conquistando novos espaços de atuação e possibilitando o florescer de diferentes práticas, iniciativas e identidades, o caminho dos dois movimentos abordados neste artigo, para o alcance da equidade e de afirmação em alguns lugares ainda é longo.

REFERÊNCIAS

ALVES, B.M, Pintanguy, Jaqueline. **O que é Feminismo**. Abril Cultura/Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1981

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>. Acesso em: 10 out. 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo: a experiência vivida**. v. 2, Tradução Sérgio Milliet, 3. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo: Fatos e mitos**. v.1, Tradução Sérgio Milliet, 3. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2016.

BORDINI, M. DA G. **Estudos culturais e estudos literários**. Letras de Hoje, v. 41, n.3, 23 out. 2006.

BUTLER, J. **Problemas de gênero.** Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Movimentos sociais: a difícil tarefa de defini-los. In: **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 2, n. 1, 2013.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2015.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens.** Rio de Janeiro: s/ed., 1839.

GEBARA, Ivone. **Mobilidade na Sensala feminina:** mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo. São Paulo: Paulinas, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 2. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura.** Rio de Janeiro: DP&A, 1997

HAMPATE Bá, Amadou. A tradição viva. In: KI ZERBO, Joseph. **História Geral da África I.** Metodologia e Pré – História de África. São Paulo, Edição Ática / UNESCO, 2010, I v. p.193.

HENNIGEN, Inês e GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **A subjetivação na perspectiva dos estudos culturais e foucaultianos.** Psic. Ed., São Paulo, 23, 2. sem. de 2006, p. 57-74

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – episódios de racismo. Tradução de José Oliveira, 1º ed. Rio de Janeiro: Cabogo, 2019.

LEAL, Sérgio José de Machado. **Acorda hip-hop!** Despertando um movimento em transformação. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

LELAND, John. Hip: **The History**, Happer Perennial, New-York, 2005.

LUCAS LIMA, Carlos Henrique. Feminismos, estudos literários e epistemologia queer - imbricamentos. In: COLLING, Leandro; THÜRLER, Djalma (organizadores). **Estudos e políticas do CUS** - Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade. Salvador: Edufba, 2013.

MARQUES, Melanie Cavalcante; XAVIER, Kella Rivetria Lucena. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. In: **VI Seminário cetro, crise e mundo do trabalho no brasil:** desafios para a classe trabalhadora. 22, 23, 24 de agosto de 2018, Auditório Central do Campus do Itaperi.

MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia. **Feminismo e política:** uma introdução, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

NICULESCU, BASARAB et al. **Educação e transdisciplinaridade.** Tradução: Judite Vero, Maria F. de Mello e Américo Sommermman. Brasília: UNESCO, 2000.

- ONE, Krs. **The gospel of Hip-Hop**: first instrument. Nova York: Power House Books, 2009.
- PINTO, C. & MORITZ, M. L. **A tímida presença da mulher na política brasileira**: eleições municipais em Porto Alegre de 2008. Porto Alegre: Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral, 2010.
- PINTO, C. Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com os nossos excluídos. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, jul. dez, 1999.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v.18, n.36, p. 15-23, jun. 2010
- PRUDENCIO, Kelly e GOSS, Karine Pereira. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (2), p. 75-91, jan.-jul.2004.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo, Moderna, 1987.
- SALLES, Ecio. **Poesia revoltada**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.
- SANTOS, Luiz Henrique dos. **As letras de RAP do movimento hip-hop como desdobramento do processo de segregação socioespacial**: antigamente Quilombos, hoje periferia. São Paulo: Rio Claro, 2013.
- SCHUMAHER, Schuma. **Mulheres no poder**: trajetória na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. Schuma Schumacher, Antonia Ceva. 1ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
- SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Nova York: Columbia University Press, 1989.
- SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de resistência poesia, grafitti, música, dança**: Hip-Hop. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu** v.3, 1994.
- VANSINA, Jean. A tradição oral e sua metodologia. *In*: KI ZERBO, Joseph. **História Geral da África I**. Metodologia e Pré – História de África, São Paulo, Edição Ática / UNESCO, 2010, I v. p.138.